



16a21
OUT
2017

XV MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

VII SALÃO DE EXTENSÃO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

O atendimento às normas da ABNT é de responsabilidade dos autores.



OS ATRIBUTOS JURÍDICOS DAS NORMAS JURÍDICAS: UMA ANÁLISE DA LEI SECA BRASILEIRA

Graduação: Direito
Área temática: Ciências Humanas
Resultados: Resultado Final
Forma de apresentação: Pôster

Bruna Marmitt Catarino¹ - Aleteia Hummes Thaines²

RESUMO

Este artigo possui como tema as normas jurídicas, tendo como delimitação seus atributos jurídicos. Assim, analisou-se a Lei Seca brasileira e criou-se um problema de pesquisa: A Lei Seca segue as teorias dos atributos jurídicos? Nesse sentido, o objetivo específico foi analisar o impacto desta lei na sociedade, evidenciando resultados de pesquisas. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, com o uso de dados de forma explicativa. Concluiu-se que a lei atual preenche todos os requisitos dos atributos, sendo esses vigência, efetividade, eficácia e legitimidade das normas. Logo, é relevante salientar que as penas estão sendo aplicadas, e que houve significativa redução de mortes desde a aplicação da lei. Porém, ainda se deve ampliar a fiscalização, para que a norma - não beber antes de dirigir- torne-se mais efetiva e, conseqüentemente, mais eficaz, atingindo os resultados pretendidos, isto é, menos mortes no trânsito.

Palavras-chave: Normas jurídicas. Atributos jurídicos. Lei Seca brasileira.

REFERÊNCIAS

REALE, Miguel. *Lições preliminares de Direito*. 27. ed, São Paulo: Saraiva, 2002.

NADER, Paulo. *Introdução ao Estudo do Direito*. 36. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

COSTA, Alexandre Araújo. *Introdução ao Direito*. São Paulo: Sergio Antonio Fabris, 2001.

MALTA, Deborah Carvalho et al. Análise da mortalidade por acidentes de transporte terrestre antes e após a Lei Seca: Brasil, 2007-2009. *Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde*. Brasília, v.19, n.4, dez. 2010. Disponível em: <<http://scielo.iec.pa.gov.br/>>

RIBEIRO, Fernanda Prata Moreira; SILVA, Marcelo Sarsur Lucas da. Lei Seca: eficácia amparada na legística. *Revista Letras Jurídicas*, BH, n.2, 1/2014. Disponível em: <<http://npa.newtonpaiva.br/letrasjuridicas/wp-content/uploads/2014/09/LJ-0268.pdf>>

¹ Acadêmica das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT. brunamarmitt@outlook.com

² Professora Orientadora das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT. aleteiathaines@faccat.br